POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DE PORTEIRINHA/MG: UM OLHAR HISTÓRICO

José P. Peixoto Filho
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil. Contato: jpeixotofi@hotmail.com

Wilney Fernando Silva
Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna/MG (UIT). Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Brasil. Contato: wilney.silva@ifnmg.edu.br

RESUMO

Neste artigo discutimos a institucionalização do sistema escolar público do município de Porteirinha, abordando aspectos do plano político e de ações educativas. O objetivo do trabalho é refletir as diversas articulações exercidas pelas lideranças políticas locais com o intuito de concretizar o sistema educacional por meio de construções de escolas, da secretaria municipal de educação, institucionalização da profissão docente. Para isso, o trabalho procura situar o local dentro da conjuntura nacional brasileira durante as décadas de 1930 a 1970. Os mecanismos político-pedagógicos dessa construção foram analisados com base em fontes primárias que incluíram a bibliografia em livros e artigos; documentação impressa e manuscrita; além de depoimentos orais junto a ex-dirigentes e professores.
Palavras-chave: institucionalização; sistema escolar; políticos locais.

Introdução

O período compreendido entre o Estado Novo (1937) até meados do governo militar de 1964 é significativo na História da Educação do Brasil. Os processos de industrialização e urbanização e as complexas relações sociais e políticas, nesse momento de mudanças, constituem temas sempre suscetíveis de discussões na área educacional. Partindo dessa conjuntura nacional, este trabalho mostrará como se relacionavam lideranças políticas do município de Porteirinha, cidade localizada no norte do Estado de Minas Gerais, com as lideranças estaduais nas décadas de 1930 a 1970, com o objetivo de estruturar o sistema educacional da referida cidade.

A manutenção das relações de dependência era indispensável às elites locais no contexto do chamado período democrático (1945-1964). Para Marcelo de Paiva Abreu (1990, p. 08-09), "o progressivo fortalecimento do Estado como agente planejador, investidor e parceiro da iniciativa privada fez crescer a importância de se deter o seu controle". Conscientes dessa nova realidade, os chefes políticos locais organizaram-se para se fazer representar em ocasiões estrategicamente políticas, além de inúmeros apoios aos chefes políticos estaduais e federais.

Em âmbito nacional, o fim do Estado Novo assinalou o surgimento de diversas agremiações partidárias no país. Porém, a vida política em Porteirinha quase sempre foi marcada pela formação de apenas dois partidos, quando não, um. Até 1938, data da emancipação política, o município não possuía representação política, esta ficava a cargo da sede, Grão Mogol. As primeiras administrações foram das interventorias (1938-1947), cujos políticos eram representantes indicados pelo governador de Estado, ação da centralização estatal da Era Vargas.

Seguindo esta linha cronológica, percebe-se que os próximos chefes políticos locais, Anísio e Anfrísio, revezavam-se como prefeitos a cada eleição, formando as *administrações Anísio/Anfrísio* (1947-1963). Nessa política, quando não eram prefeitos, eram vereadores; foram até prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Não é difícil entender os fatores que desencadearam isso: eram pessoas ricas, possuíam grandes extensões de terras, correspondentes bancários, possuíam uma tradição familiar e influências com governo estadual. Já o ano de 1962, houve uma efervescência da disputa para o cargo de prefeito e representou um marco neste panorama.

Naquele ano, Alcides Mendes da Silva candidatou-se e foi eleito prefeito municipal e fundou o grupo *Gabirobas*, oposto aos *Liobas*. O grupo dos Liobas era composto pelos seguidores de Anísio e Anfrísio. Este pleito trouxe ao município um verdadeiro clima de tensão, onde, em meio a uma arena política, o líder dos Gabirobas venceu a disputa e rompeu com a política Anísio/Anfrísio. No entanto, estas disputas se arrastaram até meados da década de 1970 e eram impregnadas das relações de favor, dominação e subordinação.

Para a consolidação do desenvolvimento, a área educacional também era objetivada nos governos desenvolvimentistas. Por exemplo, no governo de Juscelino Kubitschek (JK), assumida como necessária para o desenvolvimento, a educação serviu como um dos instrumentos para realização da nova ordem pretendida. Em mensagem ao Congresso Nacional, em 1959, JK deixou claro: "ampliar o sistema educacional do país para colocá-lo a serviço do desenvolvimento" (JK, 1959 apud CARDOSO, 1977, p. 178). A ampliação deste

sistema tinha que acontecer de forma rápida em todos os recantos do país e a luta pelo desenvolvimento era uma luta contra o tempo, por isso, as transformações educacionais eram vistas como simultâneas às transformações industriais, afirma Mirian Limoeiro Cardoso (1977).

Em Porteirinha, a área educacional, além de ter sido pensada como forte aliada à industrialização e formação de mão de obra qualificada, foi objeto de concretização de promessas políticas. O estudo das relações políticas com as políticas educacionais é o que se pretende neste trabalho. Embora se volte para um local específico – a organização do sistema educacional do município de Porteirinha –, não se pode compreender a manifestação dessas relações isoladas do todo nacional.

Além da pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e periódicos especializados na área de história da educação, a pesquisa utilizou como técnica de coleta de dados a Análise Documental. A partir de um rico baú aberto, os fragmentos empoeirados de um passado esquecido uniram-se magicamente para revelar histórias de uma cidade, de uma cultura, de homens e mulheres empenhados num projeto educacional para o desenvolvimento de um lugar pobre e sedento por uma vida melhor. Essas histórias, emergidas do passado, transformaram-se em bálsamo para um projeto singelo, porém grandioso, de resgate de uma identidade cheia de inteligibilidade do povo porteirinhense-norte-mineiro-brasileiro. Neste sentido, o *corpus documental* foi organizado da seguinte forma:

a) Arquivo pessoal dos principais agentes políticos envolvidos na construção do sistema educacional de Porteirinha que se encontra no acervo da Casa da Memória da Secretaria de Cultura e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Porteirinha subdividido em produções não publicadas, panfletos de propagandas políticas, biografias e jornais.

b) Legislação de ensino (decretos, leis, resoluções) e a algumas legislações municipais sancionadas pelo poder executivo nas décadas de 1930 a 1970, que se encontram no setor jurídico da Prefeitura Municipal.

c) Biografias, redações e reproduções fotográficas, caracterizações e projetos escolares, quadro dos primeiros professores e das confraternizações dos alunos, além de recortes de jornais. Este universo, em bom estado de conservação, encontra-se também no arquivo histórico da Escola Estadual Alcides Mendes da Silva.

d) Legislações, registro de candidatos aos cargos eletivos e resultados de eleições municipais da cidade, localizados no Cartório Eleitoral.

Além das fontes documentais, também concorreram com indescritível presteza os depoimentos de ex-professores e funcionários por colaborarem, através de suas lembranças, e

permitir entender melhor a cultura escolar. A escolha dos depoentes não foi aleatória, mas sim procuramos, intencionalmente, uma amostra que proporcionasse dados significativos para o estudo.

A figura dos políticos locais

José Murilo de Carvalho (1997, p. 03), conceitua clientelismo como "um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto". "Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o poder executivo", diz Carvalho (1997, p. 05). Juntamente com a política desenvolvimentista, os chefes políticos locais, por meio da relação de dependência governo municipal-governo estadual, além da articulação com outros setores, tentavam estruturar a prosperidade municipal. Assim é que vão ser encaminhadas as propostas para a concretização da prosperidade ao constatarem que a área educacional era uma das peças fundamentais na construção dessa nova sociedade.

Conforme a elite local postulava, pautada no projeto desenvolvimentista, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Mediante adaptação do ensino às necessidades do trabalho, atendendo a uma questão relevante para o desenvolvimento, na prática, delineou-se a perspectiva da educação para o trabalho e para a diminuição da enorme taxa de analfabetos. Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade. Era importante formar os profissionais para atuarem nas escolas primárias da região, diminuir o enorme analfabetismo e transformar a realidade pobre e sofrida do povo do extremo norte de Minas Gerais.

Para Osvaney Barbosa Cunha (2006), a ocupação da região, que hoje é denominada Porteirinha, ocorreu no início do século XVIII O local era ponto de passagem e servia de pouso para os tropeiros que vinham da Bahia e demais regiões do Nordeste em direção às Minas. Servia de pouso aos que vinham do Nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que levava à terminal da estrada de terra de Sabará (PORTEIRINHA, 2005, p. 03). Desde os seus primórdios, no início do século XVIII até início do século XX, Porteirinha foi distrito de Grão Mogol (CUNHA, 2006). Distante da sede, dificilmente os recursos chegavam e ainda mais complicada era a instalação de órgãos públicos, como escolas, hospitais e

construções de estradas. No entanto, os políticos da cidade de Porteirinha mobilizavam-se num esforço para atrair os investimentos do Estado e se inserir na política desenvolvimentista.

Conforme Arnaldo Bezerra (1990), o desenvolvimentismo representou uma grande esperança pois faltava energia para os pequenos armazéns e comércios e para o consumo doméstico, as estradas da região eram precaríssimas, existia um alto índice de analfabetismo etc. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizavam-se para inserir o município nos programas de investimentos públicos. Dois dos mais significativos esforços políticos, nesse sentido, foi instalação da agência do Banco do Nordeste, em 1959 e da Escola Normal, em 1964, afirmam José Peixoto Filho e Wilney Fernando Silva (2009).

A análise da situação econômica e social de Porteirinha nos anos 1940 e 1950 descortinou um quadro nada alentador e contribui para se compreender essas relações políticas:

> A cidade mostrava ser precaríssima em, praticamente, todos os setores sociais básicos: água, energia, saneamento básico, transporte, educação. Não existiam casas de crédito para facilitar os negócios do município. O serviço de abastecimento de água potável era precário. As ruas da cidade não possuíam calçament. Não havia luz nem a motor na cidade. Havia grandes carências de escolas municipais e, consequentemente, um enorme contingente de pessoas analfabetas (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 03).

Assim, foi nesse cenário que a figura política do político local se destacou. Desprovida de renda, serviços públicos decentes e baixa instrução, a população era afastada do exercício livre de seus direitos políticos, seu papel restringia-se a votar no homem dotado de virtudes especiais, capaz de guiá-la e de resolver o problema por ela. Pode-se notar esta característica na biografia de Alcides Mendes da Silva: "Porém, *sua* grande obra, a que marcou sua passagem política e o realizou nos seus desejos de *libertar* o povo do analfabetismo, foi a criação da Escola Normal" (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 03) (grifos nossos).

Segundo Maria Isaura Pereira Queiroz (1969), as vilas e pequenas cidades do interior situaram-se como o ambiente ideal para as práticas clientelistas e, na maioria dos casos, elas foram reflexos e prolongamentos das áreas rurais ao seu redor.

> Nesses pequenos núcleos, verificaram-se todo um trabalho público dos chefes políticos locais: escolas, estradas, igrejas e outros melhoramentos foram obtidos devido a sua influência. Uma parcela do prestígio desses chefes do interior dependia da obtenção desses melhoramentos para a sua

> comunidade. Por isso, os chefes do interior aderiam normalmente às situações estaduais. Eles precisavam obter o apoio dessas situações para manterem o seu prestígio e angariarem recursos (QUEIROZ, 1969, p. 37).

Em Porteirinha, como exemplo, para manterem os laços políticos com o governo estadual, treze chefes políticos locais saíram do norte de Minas para assistirem à posse do novo governador de Estado, JK, em 1950, segundo o registro iconográfico da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural (2007). Dentre estes chefes políticos locais, destacam-se Anísio Santos e Anfrísio Coelho, prefeito municipal e prefeito da gestão anterior (1948-1950), respectivamente. Outro documento textual narra um fato onde se observa a aproximação de Alcides Mendes com o governo estadual e federal:

> [...] sempre inconformado com o desprezo como eram tratadas as crianças em idade escolar e os velhos desassistidos, aproximou-se do presidente Getúlio Vargas e tantos outros políticos que praticavam política social (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 01).

Em outra passagem, nota-se mais uma vez como este chefe político foi um articulador hábil, mantendo uma relação de reciprocidade e dependência:

> Quando o Sr. Alcides Mendes ouviu o Secretário de Estado da Educação, Dr. Aureliano Chaves, a informação de que um grande Centro de Ensino seria instalado no Norte de Minas, pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho. Fez contato até com o presidente Castelo Branco, em audiência, para que a Escola não fosse negada a Porteirinha [...]. Somou-se ao Dr. José Carlos de Lima, representante do Estado de Minas no Conselho Deliberativo da Sudene, para que a Escola fosse inaugurada (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, pp. 02-03).

O panorama histórico-político-educacional de Porteirinha

Com a emancipação política de Porteirinha em 17 de dezembro de 1938, o município conquista sua emancipação e tem como seus primeiros administradores os interventores. Octavio Ianni (1971), explica que as interventorias constituíram o elemento-chave nas relações do governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia (IANNI, 1971, p. 22).

O bacharel em Direito e tenente da Polícia Militar, Altivo de Assis Fonseca, foi a primeira autoridade constituída no município, nomeado interventor pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro.

> Dr. Altivo de Assis Fonseca *dirigiu os destinos do Município* no período de 01.01.1939 a 31.03.1945, *trabalhando pela educação moral e cívica* de seus munícipes. [...] Dr. Altivo era *católico praticante*, sendo zelador do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, do qual foi um dos fundadores e seu primeiro presidente (PORTEIRINHA, 2005, p. 02) (grifos nossos).

Na época, o município possuía escassez de órgãos públicos, como exemplo, o número de escolas municipais rurais era de apenas duas, sendo uma masculina e outra feminina, que funcionavam no povoado de Jatobá, conforme o Decreto-lei nº. 17, de 03 de junho de 1940, da administração local. Já na área urbana, existia apenas o Grupo Escolar João Alcântara, que iniciou suas atividades em 1914, época em que Porteirinha pertencia a Grão Mogol (PORTEIRINHA, 2005). Para Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de Oliveira de Carvalho (2013), no início do século XX, a escolarização primária passou a ser objeto de uma reflexão intensa entre os dirigentes brasileiros porque, supostamente, anularia um entrave central ao progresso do país: os altos índices de analfabetismo. Mais que isso, a escola seria um instrumento valioso para disseminar o novo ideário que se impunha na sociedade (CARVALHO; CARVALHO, 2013).

Segundo Giseli Cristina do Vale Gatti e Geraldo Inácio Filho (2011, p. 93),

> Era preciso mudar, romper com o passado e traçar um novo modelo de cidade que trouxesse ares de modernidade, progresso e civilidade. Diante de tantas mudanças de caráter político, econômico e social, a escola vem de encontro aos princípios defendidos pela ordem republicana, a difusão da educação popular, pois as escolas podem ser consideradas instrumentos para o estabelecimento da ordem e o progresso da sociedade. [...] A educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto de civilização da nação brasileira. Ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade. Assim seria a educação o principal o instrumento de formação moral e intelectual de um povo (GATTI; INÁCIO FILHO, 2011, p. 93).

Conforme Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito (2003, p. 132), "somente a partir de 1930 se consolidou no Brasil uma política educacional com características de um incipiente sistema educacional". Embora políticas para o ensino sejam anteriores a esta data, é neste momento que, ao lado das outras formas de intervenção do Estado na vida social, a política educacional pôde ser enquadrada na regulação estatal (BRITO, 2003).

Com um número de restrito de unidades escolares, o município de Porteirinha, após o seu desmembramento, vê a necessidade de expandir seu sistema educacional para os diversos recantos e sertões. Outro documento histórico mostra um evento importante acerca do aumento de escolas na década de 1940:

> Em virtude da necessidade de ampliar a instrução pública municipal, devido à emancipação, criam-se mais três escolas municipais urbanas: Escola Municipal *Rui Barbosa* que teve como primeira professora a Senhora Hilda Martins Gomes, a Escola Municipal *Barão do Rio Branco* que teve à frente a Senhora Idalice Coelho e a Escola Municipal *19 de Abril* a Senhora Jandira Machado (PORTEIRINHA, 2005, p. 15) (grifos nossos).

Em outro documento histórico, o Decreto-lei nº 17, datado de 03 de junho de 1940, publicado pelo interventor Altivo de Assis Fonseca, pode-se conferir a construção de outras escolas rurais no município:

> [...] Art. 1º – Ficam criadas no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas.
> [...] Escola Mista "Duque de Caxias", no lugar denominado "Mocambinho";
> Escola Mista "Marechal Deodoro", no lugar denominado "Curral Velho";
> Escola Mista "Benjamim Constant", no lugar denominado "Serra Branca";
> Escola Mista "General Osório", no lugar denominado "Pulo";
> Escola Mista "Floriano Peixoto", no lugar denominado "Guará";
> Escola Mista "Tiradentes", no lugar denominado "Lages";
> Art. 2º – Ficam mantidas a Escola Municipal Masculina e a Escola Municipal Feminina do povoado de Jatobá, as quais passarão a denominar-se, respectivamente, "Escola Presidente Vargas" e "Escola Governador Valadares" [...] (PORTEIRINHA, 1940, p. 230).

Se foi aumentado o número de escolas, implicava, pois, aumentar o número de profissionais para atuar ali. Daí o motivo do chefe político sancionar o Decreto-lei nº 18:

> Art. 1º – em virtude da modificação que se faz na parte da instrução pública municipal, com a criação e consequente desmembramento deste município do de Grão Mogol, ficam criadas neste município seis (6) lugares de professores primários.
> Art. 2º – Os lugares de professores primários rurais serão providos à medida que o Prefeito julgar necessário.

> Art. 3º – Só poderão ser nomeados professores primários rurais, normalistas diplomadas por Escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concurso de provas, nos termos dos artigos 5º e 6º do decreto-lei nº 5, de 20.2.1939.
> Art. 4º - Ficam mantidos os lugares de Professores rurais das Escolas Municipais do povoado de Jatobá, criados pela Prefeitura Municipal de Grão-Mogol, anteriormente ao desmembramento deste Município.
> Art. 5º - Estes novos professores deverão submeter ao exame de provas, e os que já se encontram em exercício deverão submeter ao exame de provas e títulos em época que será determinada pelo Prefeito Municipal, sem o que serão dispensados dos cargos respectivos.
> Art. 5º - Os vencimentos mensais dos professores primários rurais serão fixados em cem mil reis [...] (PORTEIRINHA, 1940, p. 184).

Percebe-se uma preocupação em relação à expansão do quadro de docentes e ao processo de profissionalização destes: criaram-se mais seis vagas para professores em escolas municipais rurais e exige-se nomear professores que possuíssem um diploma de normalista expedido por escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concursos. Apesar da exigência, a cidade possuía uma carência muito grande de professores com este nível de qualificação.

Primeiras Eleições Municipais, Administrações *Anísio/Anfrísio* e *Lioba/Gabiroba*

Anísio Alves Santos foi comerciário em Montes Claros e exerceu em Porteirinha os cargos de correspondentes dos Bancos do Brasil, Financial e o da Indústria e Comércio. Foi comerciante à frente do Comércio e Indústria Anísio Santos S/A, empresa de beneficiamento de algodão e tornou-se pecuarista de grande porte, conforme dados da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005). Importante destacar que no mesmo ano em que Anísio Santos foi nomeado interventor (1947), aconteceram as primeiras eleições no município. Porém, nesse pleito este político perdeu para Anfrísio Coelho.

Anfrísio Coelho administrou o município entre os anos de 1948 a 1950. Na biografia deste chefe político, notam-se algumas características pessoais similares às de Anísio Santos. Ambos revezavam-se como prefeitos a cada eleição e, quando não eram prefeitos, eram vereadores. Foram até prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Eulinto Martins de Melo (2007) conta a cronologia política:

> De 1947 a 1950 – Anfrísio Coelho (prefeito).
> De 1951 a 1954 – Anísio Alves dos Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (presidente da Câmara de Vereadores).
> De 1955 a 1958 – Anfrísio Coelho (prefeito). Anísio Alves dos Santos (presidente da Câmara de Vereadores).
> De 1959 a 1962 – Anísio Alves Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (vice-prefeito).

O concurso público para o docente era outra preocupação da administração escolar. Todos os professores deveriam ser submetidos ao exame de provas, mesmo aqueles que já atuavam e não eram efetivos. Iniciava-se uma nova fase onde o professor tornava-se um funcionário público, enquadrando-se no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. No entanto, apesar de ter enquadrado o professor como agente público, os documentos analisados atestam que as diversas administrações municipais parecem não terem investido muitos recursos financeiros na área educacional. Segundo os valores registrados e contabilizados, a intenção do Estado naquele momento era apenas promover o ensino primário a todos. Ou seja, uma grande população rural não necessitava de formação superior àquela, o primário já era o suficiente para o grande contingente de analfabetos. Certamente, os dirigentes conheciam a importância da formação do povo para a consecução de seus propósitos. Observe como os diversos decretos-lei e leis, apresentados a seguir, sancionados pelos prefeitos, traduziram estes objetivos.

A primeira lei analisada foi a de nº 183, de 21 de outubro de 1959. Sancionada pelo prefeito Anísio Santos, expressava a abertura de créditos suplementares da Prefeitura. Nela a municipalidade gastou com impressos, livros e materiais de expediente da prefeitura a quantia equivalente a CR$60.000,00, enquanto que os recursos para aluguel e reparo dos prédios escolares ficaram orçados em somente Cr$20.000,00 (PORTEIRINHA, 1959, p. 27). Neste plano, os gastos com a Educação Pública – que abarcava o Ensino Primário, Secundário (que na prática não existia) e complementar, além do serviço de Inspeção – representavam apenas 11,76% do total geral (p. 27).

Já em 1961, a Lei nº 225 de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo prefeito Anísio Santos, autorizava-lhe assinar convênio com o governo do Estado de Minas Gerais ou com a sua Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de manter e expandir a rede escolar urbana e rural.

As eleições de 1962 vieram romper com os acordos políticos Anísio/Anfrísio. Alcides Mendes da Silva, então vereador de Porteirinha, concorre ao cargo de prefeito municipal e vence. Neste pleito, teve de um lado a participação de Anfrísio Coelho, que compunha a ala conservadora, e do outro o candidato Alcides Mendes da Silva, da ala esquerdista. Estes dois blocos foram popularmente denominados de *Liobas* e *Gabirobas*, marcando uma nova etapa na política local. Eulinto Martins de Melo (2007), em entrevista, narra como estas forças políticas se alternavam no poder:

De 1963 a 1966 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).
De 1967 a 1970 – Anfrísio Coelho (Liobas).
De 1971 a 1972 – Antônio Eustáquio Tolentino (apoiado pelo chefe dos Gabirobas).
De 1973 a 1976 – Dr. Adir Pinheiro (apoiado pelo chefe dos Liobas).
De 1977 a 1982 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).
De 1983 a 1988 – Wilson José da Cunha (apoiado pelo chefe dos Gabirobas).

Durante a ditadura militar dos anos 60, a dependência governo estadual-governo municipal foi ainda maior. Com a imposição do AI-2, em 17 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e implantou o bipartidarismo, fez surgir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia opositores de diversas tendências. Em Porteirinha, conforme dados do Cartório Eleitoral (1966), predominaram candidatos da legenda ARENA. Liobas e Gabirobas disputavam os sucessivos pleitos municipais, mas, quando se tratava do apoio à esfera estadual ou federal, todos se uniam.

A biografia de Alcides Mendes da Silva narra uma trajetória de vida que, de menino nascido numa fazenda passa a líder político local. Possuía como características a facilidade de articular com as diversas personagens políticas e financeiras na região. Dotado de habilidades para o ramo comercial na compra de gado e algodão, administrava uma indústria de cerâmica e uma fazenda, que o ajudou a prosperar. Sua riqueza fez com que muitos outros agricultores da região ficassem dependentes, pois os avalizavam. Fez amizades com famílias ricas e influentes do norte de Minas, como a família Athayde, de Montes Claros, conforme depoimento de Bezerra (2007). Além disso, articulava-se com a iniciativa público/privada, uma dessas articulações resultou na vinda de dois bancos para a cidade, o Banco Oficial e o Banco do Nordeste, este último por intermédio da Sudene. Esse conjunto de atributos levava-o a assegurar a adesão cada vez maior de parcelas da população ao seu projeto de direção. Dentre deste, inseria-se o conjunto de medidas administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios em Porteirinha e a estruturação de serviços básicos como energia, água e calçamento urbano, que na época não existiam (BEZERRA, 1990). Em campanhas eleitorais, utilizava *folders* e cartazes de propagandas políticas com o seguinte lema: “Paz, Tranquilidade e Progresso” (SILVA, 1976).

Ainda segundo a sua biografia, foi “um homem que se preocupou muito com a política social” (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 02). Em algumas passagens, percebe-se sua aproximação com Getúlio Vargas. Com uma política populista, ganhava muitos eleitores, mantendo-se sempre no poder político. Além das medidas

administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios, a estruturação de serviços básicos e as políticas sociais, este chefe político preocupava-se com a formação do professor, mediante construção de muitas escolas. Observe o documento que mostra as inúmeras construções e o tom populista impresso no texto:

> Compelido pela *exigência do povo*, candidatou-se a prefeito de Porteirinha [...]. Foi como prefeito que ele conseguiu realizar o seu sonho de diminuir as carências de escolas municipais. No propósito de alfabetizar o *seu povo*, construiu 32 escolas, dotando-as de prédio próprio, carteiras, quadro negro e professoras (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 02).

Ainda conforme o documento citado acima, as 32 escolas construídas são: Escola da Conceição, no Gerais; Escola de Côcos; Escola da Barra; Escola de Genipapo; Escola de Pajeú; Escola da Palha; Escola da Baixa do Barreiro; Escola do Mirante; Escola de Antônio de Nora; Escola da Tábua; Escola dos Morros; Escola do Guará; Escola da Barriguda; Escola do Senharol; Escola do Denguoso; Escola da Lagoa Grande; Escola da Água Branca; Escola da Jurema; Escola da Lagoa; Escola do Serrado; Escola do Justino; Escola do Poço Grande; Escola do Pontal; Escola do Curral de Pedra; Escola de Angicos; Escola da Baixa do Gorutuba; Escola de Paciência; Escola do Furado do Peixe; Escola da Salina; Escola do Mocambo; Escola do Mocambo dos Bois e Escola de Mocambinho.

Nos registros pesquisados, não se encontrou um número tão expressivo de construções escolares como este. Importante dizer então a grande contribuição que o chefe político deu à área educacional. A política educacional empregada por ele era espalhar uma quantidade elevada de escolas para levar a instrução à população. Os planos do então prefeito para a educação casam-se perfeitamente com a política desenvolvimentista. Mais escolas no município implicavam uma sociedade mais produtiva. Pertinente a análise que José Peixoto Filho (2003) faz, com base no discurso juscelinista, à escola elementar:

> a articulação do sistema educacional com o desenvolvimento deverá se processar a partir da escola elementar, onde o cidadão de aptidões comuns deverá ser preparado para que atinja a produtividade requerida pela moderna sociedade [...]. Assim sendo todos serão capazes de desempenhar as tarefas que lhes exigirá o desenvolvimento (PEIXOTO FILHO, p. 27, 2003).

Alcides Mendes da Silva e seu grupo devem ter feito esta análise, fazendo surgir, a partir dela, sua grande contribuição à educação porteirinhense. Esse chefe político soube aproveitar todo seu potencial articulador e atrelá-lo aos ideais da política desenvolvimentista.

A criação de um plano educacional voltado para a formação de professores de Porteirinha e região norte-mineira foi a meta estabelecida por ele e pelo seu grupo: “a Escola Normal passou a ser sua grande obsessão e pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho por ela” (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 03). Isso porque o Alcides sabia dos verdadeiros benefícios de ter uma escola normal instalada dentro da cidade, como: preferência da população pelo espaço urbano; vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, fazendo com que o município ficasse conhecido regionalmente; tornar a instituição uma das referências em formação docente no norte de Minas Gerais; alfabetizar o maior número de crianças; formar professores habilitados para atuarem nas escolas e capacitar os já em exercício.

É a educação sendo assumida como necessária para o desenvolvimento local. É a ordem de JK ainda viva, que expressou em seu governo: “ampliar o sistema educacional do país para colocá-lo a serviço do desenvolvimento” (JK, 1959 apud CARDOSO, 1977, p. 178). Além disso, a presença da Escola Normal traria outro benefício para os chefes políticos: quem tivesse a direção dela, possuía força política e a mais nova coisa pública da cidade: o grandioso prédio da Escola Normal. O depoimento de Delcy Pereira dos Santos (2007), ex-secretária, confirma os argumentos:

> A Escola Normal era uma coisa que chamava atenção, porque era da região, todo mundo se encantava com a Escola Normal, e todo mundo queria ser o responsável por ela. Então, todo político visava ter nas mãos o controle dessa escola, ou seja, queria ter do seu lado diretor e funcionário ali dentro. [...] A Escola Normal era onde as pessoas mostravam o poder político, era onde tinha uma repercussão muito grande, onde ia muita gente.

Em 1967, já sob a administração de Anfrísio Coelho, chefe dos Liobas, a Prefeitura assina convênio com o MEC visando à construção de dois grupos escolares nas comunidades denominadas Tocandira e Tanque, além de criar o primeiro órgão municipal de Educação denominado de Departamento de Educação e Cultura (PORTEIRINHA, 2005). Este órgão, conforme a lei de sua criação, “tinha o objetivo de reger o Ensino Primário Municipal” (PORTEIRINHA, 1967, p. 166). O seu artigo 2º expressa que “fica criado, no Quadro de Pessoal da Prefeitura, o cargo de Chefe do Departamento da Educação, com o vencimento seguinte: NCr$1.200,00”.

O Livro nº 03 das Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha acrescenta que por meio da Lei nº 344 de 24 de fevereiro de 1967 “fica o prefeito autorizado a assinar convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para manutenção e

expansão da rede escolar [...] de acordo com o Código do Ensino Primário" (PORTEIRINHA, 1967, p. 167).

Já no ano de 1971, o então prefeito, Antonio Eustáquio Tolentino, logo após sua posse, promove, por meio da Lei nº 402, uma reestruturação no quadro do funcionalismo público, sobretudo com os professores, que se pautou na mudança de lotação, vencimentos de acordo com a titularidade, necessidade de se criar novas escolas e novas vagas para professores:

> Art. 1º - Ficam mantidos os dez cargos de Professoras Normalistas constantes do orçamento vigente, os quais, juntamente com as Professoras de padrão "A", serão lotadas de preferência nos grupos escolares da zona urbana. Além disso, prevê um aumento do quadro do pessoal, mais 50 (cinquenta) cargos de professores rurais.
> Parag. 2º - Os seus vencimentos serão de Cr$ 540,00 (quinhentos e quarenta cruzeiros) anuais.
> Parag. 3º - Os padrões e os respectivos vencimentos passam a vigorar da seguinte forma:
> 10 professoras normalistas – Cr$2.160,00
> 20 professoras padrão "A" – Cr$ 1.130,00
> 20 professoras padrão "B" – Cr$ 960,00
> 20 professoras padrão "C" – Cr$ 720,00
> 50 professoras padrão "D" – Cr$540,00
> [...] Parag. 5º- Fica igualmente autorizado a criar as escolas que se fizerem necessárias, de acordo com as necessidades locais, e regionais, bem como aumentar o número de professoras para cada classe de 30 (trinta) alunos comprovadamente existentes em cada escola criada. [...] (PORTEIRINHA, 1971, p. 272).

A legislação provocou uma mudança de lotação dos docentes que deu prioridade aos professores normalistas atuarem nos grupos escolares da cidade.

Considerações Finais

Nesse texto foi possível perceber que relações políticas e educacionais constituíram o processo de escolarização e construção do sistema escolar da cidade de Porteirinha/MG. Além da força econômica, os chefes políticos possuíam força social e econômica e utilizavam de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. Em âmbito local, as divergências eram acirradas, no entanto, na hora de respaldar as candidaturas e projetos governistas em níveis estadual e federal, os grupos políticos opostos se uniam.

Pautado num discurso de mudança, que romperia com o passado, os dirigentes políticos traçaram um novo modelo de cidade que trouxesse ares de progresso e civilidade mediante implantação de um sistema escolar público. De uma forma geral, aumentou-se o

número de crianças na escola primária e organizou-se, sistematicamente, a educação. Inúmeras escolas, principalmente na zona rural, foram construídas, foi criada a secretaria municipal de educação e uma Escola Normal para formação do professorado, durante o período enfocado.

No mesmo sentido, seguiram as vagas de professores do município. Os prefeitos que iniciavam seu mandato, geralmente faziam algumas reestruturações no quadro dos funcionários municipais. A educação pública, no período de 1940 a 1970, de uma forma geral, cresceu de forma quantitativa. Para isso, o município sempre procurava assinar convênios com o governo estadual e com a Secretaria de Estado de Educação.

Finalmente, de acordo com preceitos do projeto desenvolvimentista, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Mediante adaptação do ensino às necessidades do trabalho, atendendo a uma questão relevante para o desenvolvimento, na prática, delineou-se a perspectiva da educação para o trabalho e para a diminuição da enorme taxa de analfabetos. Isso denota, sem dúvida, a centralidade que aquela sociedade dava às atividades que se realizavam no ensino e na alfabetização do povo norte-mineiro, tentativas de formação de uma mentalidade adequada aos novos tempos que estavam por vir.

Referências

Livros e artigos

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa, R., T. (orgs.). *Política e trabalho na escola:* administração dos sistemas públicos de educação básica. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *A ideologia do desenvolvimento* – Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo:* uma discussão conceitual. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: 1997.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926–1930). *Revist*a *HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 51, p. 139-156, jun., 2013.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. *Cadernos de História da Educação*. V. 10, n. 1 – jan./jun. p. 93-121, 2011.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930/1979).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiânia/GO: UCG, 2003.

PEIXOTO FILHO, José Pereira; SILVA, Wilney Fernando. Educação, Progresso e Obediência: a formação do professor para o sertão das Minas Gerais em meados do século XX. *Cadernos de História da Educação*. V.8, nº 1, pp. 173-187, jan./jun. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

Fontes documentais

BEZERRA, Arnaldo. *A Escola Normal de Porteirinha*. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTEIRINHA. *Protocolo de registro de candidatos para eleição a se fizer em 15 de novembro de 1966* (p. 81). Livro de registro de candidatos aos cargos eletivos da zona eleitoral. Porteirinha/MG, 11 de outubro de 1966.

CUNHA, Osvaney Barbosa. *Serranópolis de Minas:* nossa terra, nossa história! (mímeo). Serranópolis de Minas/MG, 2006.

ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA. *Documento textual Biografia do Sr. Alcides Mendes da Silva* (1990).

MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. *Cria um Colégio Normal Oficial na cidade de Porteirinha*. Belo Horizonte, ano LXXII, nº 241, 15 de dezembro de 1964.

PORTEIRINHA/MG. Lei 225 de 03 de dezembro de 1960. Autoriza a assinar convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais ou sua Secretaria de Educação para a manutenção e expansão da rede escolar rural. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Decreto-lei 17, de 03 de junho de 1940. Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

_____. Decreto-lei 18, de 02 de agosto de 1940. Cria lugares de professores primários rurais e mantêm os lugares de professores do povoado de Jatobá. *Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

_____. Departamento Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural. *Dossiê de tombamento do acervo documental do Cartório de Paz e Registro Civil do distrito de Gorutuba – Porteirinha/MG*. Porteirinha/MG, 2005.

_____. Lei 183 de 21 de outubro de 1959. Abre créditos suplementares. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 344 de 24 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre convênio com a Secretaria da Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 354 de 19 de dezembro de 1967. Cria o Departamento de Educação. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Lei 402 de 19 de fevereiro de 1971. Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contêm outras providências. *Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha*, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porteirinha. *Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015)*. Porteirinha/MG, 13 de dezembro de 2005.

SILVA, Alcides Mendes da. *Cartaz de propaganda política nas eleições municipais de 1976*. Porteirinha/MG, 1976.

Entrevistas

Arnaldo Bezerra

Dia: 19/08/2007

Delcy Pereira dos Santos

Dia: 30/07/2007

Eulinto Martins de Melo

Dia 20/04/2007